Ponto 14

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
Minuta de Deliberação

Data: 16/11/2015	Ata nº: 30	Remeta-se a: Chefe da DOTI	
Rejeitada Aprovada por:			
Maioria ☒	Unanimidade ☐		
Observações:			
Carimbo: CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE PRESENTE EM REUNIÃO DE: 16 NOV. 2015 A Secretária: 369	Proveniência: Apresentada por Presidente da Câmara Municipal Paulo Vicente.		
A Secretária:	O Presidente		
Título:	**Proposta de Documentos Previsionais para o ano de 2016: Grande Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento**		

Texto:

Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 3 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2016-2019

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 57.505.227,99 € (*cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros e noventa e nove cêntimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 4.496.975,96 € (*quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos*) e de não definido de 42.060.695,30 € (*quarenta e dois milhões, sessenta mil, seiscentos e noventa e cinco euros e trinta cêntimos*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 52.620.724,36 € (*cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil setecentos e vinte e quatro euros e trinta e seis cêntimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2016 de 10.687.988,33 € (dez *milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e oitenta e oito euros e trinta e três cêntimos*) e de não definido de 760.470,00 € (*setecentos e sessenta mil, quatrocentos e setenta euros*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente acta, foi o mesmo rejeitado, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado ~~submetê-lo~~ não o submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente ata, foi deliberado ~~submetê-lo~~ não o submeter a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 29.º, n.º 4 da LTFP, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 33.º, n.º 1 alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

ORÇAMENTO PARA 2016

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2016, num total de 21.963.341,87 € (*vinte e um milhões, novecentos e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e um euros e oitenta e sete cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos rejeitados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 1, do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado ~~submetê-los~~ não os submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos contra e 3 votos a favor.

Os Snrs. Vereadores da CDU votaram contra e proferiram a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa)

O Snr. Vereador Acrélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE
PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
A Secretária:

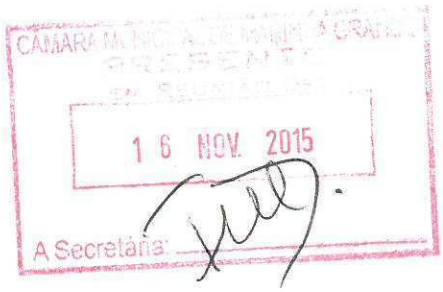
../..

O Sr. Vereador António Santos votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa)

O Sr. Vereador Carlos Fragateiro votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

(declaração anexa).



DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Os documentos previsionais consubstanciam a política gestionária do executivo municipal, refletindo o que se pretende alcançar, definindo prioridades, alocando os necessários meios financeiros.

A discussão e aprovação destes instrumentos determinam toda a gestão municipal do ano a que respeitam e mesmo dos anos vindouros, considerando a previsão plurianual que também é efetuada.

Dos documentos previsionais que nos foram presentes, importa sublinhar os seguintes aspetos fundamentais:

1 – O prazo de entrega, discussão e votação dos mesmos não foi cumprido o que vem demonstrar a incapacidade do atual e reduzido executivo em cumprir o legalmente determinado;

2 – A incapacidade de definir prioridades devidamente fundamentadas em função dos meios financeiros disponíveis;

3 – A incapacidade de não se saber gerir esses mesmos meios, fazendo dos documentos previsionais um mero amontoado de ações, abertas com verbas simbólicas de 5 euros e verbas astronómicas a definir, num claro indício que tais obras não serão executadas;

4 – A apresentação de projetos de intenção a fundos comunitários que nunca foram discutidos com os restantes vereadores refletindo exclusivamente a opinião e opção dos eleitos do PS.

Em termos do PAM (Plano de Atividades Municipal) que consubstancia a esmagadora maioria das despesas correntes do município, constatamos a não preocupação de redução de custos. Somente a título de exemplo:

1 – No arrendamento de instalações para serviços municipais no valor global de 63.000 euros, sendo que 42.000 euros são para pagar o arrendamento da denominada "Casa da Marcolina", arrendamento este que ao fim de 10 anos será mais oneroso do que a compra do imóvel;

2 – Os gastos exagerados em internet (12.000 euros) e comunicações móveis (11.000 euros);

3 – Os gastos em combustível para os veículos municipais (118.000 euros);

4 – O pagamento de cerca de 1,8 milhões de euros à SIMLIS não se tendo tomado qualquer iniciativa judicial que promova a denuncia ou renegociação do contrato absurdo estabelecido com esta empresa;

Por outro lado, constatamos uma enorme desproporcionalidade entre verbas previstas. A título de exemplo:

1 – Para o Programa de Igualdade no Género, apresentado com pompa e circunstância são previstos somente 2.500 euros;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA

2 – A diferença entre os 100.000 euros previstos para as Festas da Cidade (as quais agora se pretende mudar o nome) e os 141.000 euros previstos para a Semana do Design;

3 – Os 20.000 euros previstos para o Pinhal das Artes e os ridículos 3.000 euros para a divulgação dos Museus Municipais;

4 – Os 31.000 euros previstos gastar na agenda e revista municipal e os 9.000 euros previstos para as comemorações do 25 de Abril;

5 – A verba de 5 euros prevista para as obras de remodelação do edifício da Junta de Freguesia da Marinha Grande;

6 – A verba de 2,5 euros para a Orquestra Juvenil da Marinha Grande.

Em termos do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) a situação agrava-se no sentido que o podemos considerar de catástrofe previsional. Ali tudo cabe e nada se sabe sobre o que irá ser feito em termos de investimento.

Na realidade, a nossa perplexidade é total.

Em termos globais o PPI que o PS nos coloca à consideração, apresenta um total geral de verbas definidas de 4,5 milhões de euros e, pasme-se, 42 milhões de euros de verbas a definir em 2016, além de mais 8,5 milhões de euros para 2017, 2018 e 2019.

Onde irá o PS arranjar 42 milhões de euros em 2016? Ao saldo da conta de gerência? Aos fundos comunitários cujos projetos nem sequer se encontram ainda aprovados?

Mais uma vez, a título meramente exemplificativo, passemos a enumerar:

1 – Oficina da Música com uma verba definida de 13.000 e uma verba não definida de 258.000 euros;

2 – Remodelação do edifício da Assembleia Municipal com uma verba definida de 5 euros e uma verba não definida de 190.000, euros sendo que neste caso deveremos questionar severamente as verbas envolvidas;

3 – A reabilitação dos estaleiros municipais com uma verba de 158.000 euros que entendemos ajustada por corresponder a uma necessidade urgente de retirada do amianto mas que não compreendemos em função do processo de candidatura do Mercado Municipal que nos indicam ser no mesmo local de forma a poder beneficiar da prerrogativa de remodelação de instalações existentes. Cumpre ainda neste aspeto questionar como irão encaixar o anterior projeto, feito para outro local e com condições naturalmente diferentes;

4 – As verbas quase inexistentes para obras em escolas e cantinas escolares, estando previstos como verbas definidas 32.000 euros e verbas não definidas 400.000 euros;

5 – As verbas de 5,00 euros para cada um dos Centros Escolares da Marinha Grande e Vieira de Leiria, sendo que em verbas não definidas se encontram consignados 5,2 milhões de euros. De referir que os valores de comparticipação da Câmara para estas obras que já mereceram o mais vivo repúdio da comunidade marinhense, a Câmara irá despender uma verba aproximada 700.000 euros que poderá ser deslocalizada para melhorar as condições do Parque Escolar e fazer grandes investimentos em áreas tão carenciadas como o abastecimento de água e saneamento;

6 – A Creche da Ivima que não tem verbas definidas e somente 100.000 euros em verbas não definidas. Será justo colocarmos um grande ponto de interrogação comparativo entre esta verba e os 190.000 euros destinados à remodelação do edifício da Assembleia Municipal;

7 – As verbas insignificantes destinadas à ação social e concretamente à recuperação do parque habitacional;

8 – As verbas simbólicas atribuídas à expansão da Zona Industrial, claramente indiciadoras que pouco se vai fazer;

9 – A verba geral definida para saneamento no valor de 694.000 euros, manifestamente insuficiente para as necessidades e ainda menos significativa relativamente a nos anteriores;

10 – A verba de 654.000 para o abastecimento de água em alta e de 253.000 euros para o abastecimento de água em baixa;

11 – A constatação que as obras de remodelação da Biblioteca, do Museu do Vidro e do Centro Azul em S. Pedro de Moel, se encontram consignadas com uma esperançosa verba de 5 euros cada;

12 – Igualmente esperançosa para os marinhenses a verba de 5 euros prevista para a construção da Piscina Municipal;

13 – Igualmente interessante é a previsão de 5 euros para obras no estádio municipal e de 5 euros para a reparação do sintético municipal na zona desportiva e que se encontra em vias de degradação total;

14 – No que concerne aos transportes, comunicações e rede viária, constatamos uma verba definida de 1,29 milhões de euros e uma verba não definida de 4,3 milhões de euros;

15 – Pasme-se igualmente com a verba destinada ao turismo – 3.500 euros;

16 – O Mercado Municipal sem verbas definidas é atirado para a "sorte" duma possível aprovação a fundos comunitários, numa hipotética remodelação de instalações dos estaleiros municipais.

Os vereadores da CDU aprovariam os documentos previsionais se os mesmos refletissem uma clara aposta estratégica e transmitissem um rumo claro para o desenvolvimento da Marinha Grande com a inclusão de medidas que diminuíssem as despesas de gestão corrente e incluíssem de forma clara e objetiva, os montantes financeiros necessários para:

1 – Melhoria do Parque escolar em detrimento da construção dos Centros Escolares;

2 – Incremento de medidas concretas na área da ação social;

3 – Construção de mais saneamento visando a cobertura total do concelho;

4 – Melhoria significativa dos sistemas de abastecimento de água;

5 – Intervenções prioritárias na rede de estradas municipais;

6 – Construção do Mercado Municipal.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV 2015

Sabemos que os recursos financeiros são escassos.

Nestes termos, impõe-se mais poupança, mais gestão e sobretudo uma clara e objetiva definição das áreas prioritárias de intervenção.

Não é isso que o PS nos apresenta. O PS apresenta-nos tudo e mais alguma coisa com o objetivo de enganar os mais distraídos quando na prática nos estende uma mão cheia de nada.

Por tais motivos o nosso voto contra.

Marinha Grande, 16 de Novembro de 2015

Os vereadores da CDU

Vitor Pereira

Alexandra Dengucho

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

DECLARAÇÃO 126/2015	Marinha Grande 16 de Novembro 2015	09:30	Agenda n.º 30

Assunto: Declaração de voto

14. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO.

A convocatória recebida a 12 de Novembro, para a reunião realizada extraordinariamente a 16 de Novembro, não cumpriu o prazo do envio da deliberação sobre esta matéria para a assembleia municipal (cf. do DL 73/2013 (RJAL). Não obstante a conjuntura política vivida neste executivo nos últimos meses, consideramos que a mesma não justifica que as opções políticas que orientam os serviços para a elaboração do documento não permitissem evitar a extemporaneidade legal da sua apresentação e a materialização da sua entrega ao órgão autárquico por excelência no tempo devido. É mais um facto elucidativo do timbre deste executivo em funções permanentes, da falta de planeamento e da indiferença que dão a este documento, que deveria ser orientador e indispensável para o desenvolvimento da nossa terra.
A importância que tem o orçamento e as grandes opções do Plano 2016 para a vida do município, só por si, mereceria uma reunião exclusivamente a ele dedicado, como fazem na generalidade dos municípios. Porque não fizemos, uma reunião extraordinária exclusiva para análise e discussão das actividades e orçamento para 2016, em tempo útil?

O Sr. Presidente pediu contributos para o orçamento de 2016, tal como tinha sido feito para o de 2014 e para o de 2015. Enviei o mesmo documento que tinha enviado em Dezembro de 2013, dado que na generalidade se encontra actualizado – muito pouco foi realizado. Esse documento, com raríssimas excepções, mantem-se actual. O que era previsível fazer em 2014 e 2015 não foi realizado. Mencionámos no mail que entendemos não ser relevante acrescentar muitas outras propostas às que já fizemos para 2015, pois era expectável que tivessem a mesma atitude politica, mas obviamente que é inegável e urgente para o nosso concelho a revisão do regulamento dos apoios e subsídios, promover a "semana da Juventude" (colaboração da CMJ), a construção da piscina na sede do concelho, a construção das variantes envolventes da nossa cidade, terminar o saneamento, a requalificação da Rua das Andorinhas, terminar a Rua do Repouso (ligando ao concelho de Leiria), o mercado, os apoios às IPSS, etc., etc.

Os documentos previsionais apresentados, constituídos pelo enquadramento dos documentos, o resumo do orçamento, o orçamento da receita, o mapa auxiliar do orçamento da receita, o orçamento da despesa estratificado por classificação orgânica e económica, as grandes opções do plano, o PPI, o PAM, o mapa de pessoal, o regulamento de execução orçamental, o orçamento da entidade participada e o mapa das entidades participadas, revelam um esforço dos serviços para o cumprimento de um dever de todas as unidades orgânicas, cuja estruturação, planeamento e execução é fundamentalmente atribuída à que tem responsabilidade em matérias financeiras. Neste ponto, salienta-se o esforço realizado pelos técnicos e dirigentes que produziram informação para o documento.

Relativamente ao documento enquadrador dos documentos registamos a preocupação expressa com a introdução de alguns contributos dados pelos vereadores embora nos restantes documentos, designadamente o PPI e o PAM, se perceba claramente a incongruência da missão, visão e

PRESENTE
CMMG REUNIÃO DE
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

objectivos estratégicos descritos com as verbas previstas para a execução das acções, algumas inexistentes e outras com valores enxertados apenas para abrir rubrica, veja-se o numero de acções abertas com 5€.

A missão, visão e objectivos estratégicos não foram alvo de um estudo cuidado. A visão mistura a inovação com a aposta na melhoria da qualidade dos serviços. É isto que é a visão para o concelho? A visão não é "apostar na melhoria da qualidade de serviços?", isto é uma intenção. A visão é, por exemplo, atingir um nível elevado de qualidade de serviços. O papel está bonito mas após uma análise cuidada não passa de um conteúdo para embalar o orçamento, quando deveria ser a base de partida para o orçamento.

Os objectivos estratégicos plurianuais estão estabelecidos como se tudo fosse uma prioridade, ora a estratégia serve exactamente para isso para estabelecer prioridades. Por exemplo: se tivermos como objectivo prioritário "aumentar o emprego e melhorar os rendimentos dos munícipes" Atrevo-me a dizer que todos estaríamos de acordo. Certo? Então e o que necessário para atingir este objectivo? Mais e melhores empresas, capital humano mais qualificado, incentivos à fixação de empresas, uma administração burocrática e que facilite diálogos interministeriais e interserviços, alterações de regulamentos, etc. Deve ter um papel activo como facilitador para tornar o nosso território mais atractivo, para que as empresas que já cá estão se expandam e para que novas se instalem. Deve apostar na formação de base dos jovens e requalificar os adultos, cabendo-lhe a coordenação das entidades envolvidas directa ou indirectamente na educação e na qualificação das pessoas, promovendo a participação dos agentes educativos desde o planeamento (carta educativa), como na execução de projectos educativos e medidas de apoio às famílias, aumentando as expectativas com a educação dos seus filhos, apostado em ofertas formativas alinhadas com o tecido empresarial da região. E sabem mais ... com mais educação e emprego, há melhores remunerações, o que significa mais receitas fiscais e municipais (IRS, IMI, IUC...).

As políticas socias também estão esquecidas neste orçamento, não há verbas para apostar na criação de novos equipamentos sociais, medidas de apoio às famílias, no fundo para fazer face a uma estrutura social em percurso do envelhecimento, num território marcado por graves problemas sociais e de saúde.

O que investirmos nos próximos anos terá o retorno, tanto logo o curto como a longo prazo, no nosso concelho. Só assim evitamos o mau posicionamento em estudos estatísticos, como aquele referente ao poder de compra que nos coloca abaixo da média do país, quando no início do século já estivemos muito acima da média.

Temos questões de difícil compreensão encontradas nestes documentos. Apesar da permanente queixa que não têm dinheiro e que há redução no orçamento, isto não é verdade, aliás é exactamente o contrário. A Câmara tem em depósitos a prazo e à ordem quase 10 milhões de euros e vai ter um aumento de receita, suportada directamente pelos munícipes. Apenas como exemplo vai haver um aumento de receitas de 8% nos impostos directos (IMI / IMT / IUC / derrama), um aumento de taxas e multas de 16% e também um aumento de receita vindo do IRS pago pelos munícipes.

À luz de um nobre princípio que nos deveríamos nortear, que se prende com o facto de se dar oportunidade aos mais fragilizados para tornarmos o nosso concelho mais inclusivo e coeso, optamos por políticas desajustadas e que não contribuem para o decréscimo das desigualdades sociais, ignoram os problemas do concelho, a toxicodependência, a violência, a pobreza e exclusão social, a

PRESENTE EM REUNIÃO DE
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

deficiência e a situação dos idosos, a instabilidade das famílias decorrente da fragilidade económica e social em que se encontram, a marginalidade e o risco a que os jovens estão sujeitos, entre outros que aqui poderíamos indicar.

É uma gestão de navegação à vista, sem estratégia para fazer o prioritário, não definindo o que é importante. Dependemos do que nos for disponibilizado nos Fundos Comunitários, mesmo que não seja prioritário, ou mesmo que não seja preciso. Apresentam uma previsão de despesas de investimento total de mais de 46,5 M€, no entanto só têm definido 4,4 M€ !!! Isto não é sério.
Na verdade definimos inúmeras obras com apenas € 5,00, e deixámo-las de fora da definição de verbas para obras fundamentais, algumas estruturantes, para o desenvolvimento da nossa terra. Apenas alguns exemplos: a requalificação da adutora dos Altos Picotes (tem € 5,00, precisa 2,6M€); os centros escolares (é para fazer ou não? mas só tem € 5,00, quando são precisos 3,1M€); a Piscina (tem € 5,00, precisa 3,7M€); o mercado municipal (tem apenas € 3.300,00); a construção do parque TIR (tem € 5,00, precisa 212m€); a ampliação, as infra-estruturas, as entradas e saídas da ZI (tem € 5,00 e precisa 3,7M€), etc. etc.

Em suma, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efectiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos.

Só mais uma nota para finalizar, quando é referido neste documento que ele reflecte "não apenas as intenções do executivo permanente, como de todos os vereadores", deixo o registo de que este orçamento não reflecte as opções do MPM, o movimento pelo qual fui eleito. As propostas que apresentámos foram muita além do que está plasmado no orçamento. Entendemos perfeitamente que não é possível nos próximos 4 anos fazer tudo o que a Marinha Grande necessita, mas é por isso é que temos de definir prioridades em função dos objectivos estratégicos. Naturalmente se não há visão nem definição estratégica, também não haverá prioridades.
Apesar de entender que não poderão ser introduzidas todas as minhas propostas, não posso aceitar que afirmem que este orçamento reflecte as "propostas e intenções de todos os Vereadores". Como podem constatar, pelo menos as minhas propostas de "obras/hardware" não estão reflectidas, e esta afirmação serve apenas para o exterior, para "inglês ver", mas considero-a abusiva do que foi a discussão prévia que tivemos.

Para além do mais, há uma grande discrepância entre o descrito no documento que enquadra os documentos previsionais e aquilo que o PPI, PAM e orçamento reflectem. A estratégia é preparar o futuro e não pensar apenas no amanhã e na forma como se tenta iludir os marinhenses para ganhar eleições, ou outros vereadores para, por exemplo, aprovarem o orçamento. O MPM não se ilude, a esperança pela mudança está num declínio completo.

Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efectiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, voto contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2016.

Marinha Grande, 16 de Novembro de 2015

O Vereador

Aurélio Ferreira

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

OM2016

Declaração de voto, 16-11-2015

A 08 de Janeiro de 2015, por deliberação do Executivo Municipal, foram aprovados a missão, visão e objetivo estratégicos plurianuais do município da Marinha Grande.

"Pretendemos essencialmente que a Marinha Grande se afirme como um Município moderno, que tem no se tecido empresarial a sua âncora mas que não deixa de olhar também para o seu potencial turístico, que lhe advém quer da sua localização (do Pinhal do Rei ao Mar) quer do seu Património histórico e cultural.

Servindo mais e melhor o Município e os Munícipes pretende-se que a Marinha Grande se torne cada vez mais um território apetecível para se viver, para se investir, para se visitar"

Estas foram as palavras proferidas pelo atual Presidente da Câmara de Marinha Grande.

Só posso assinar por baixo esta missiva. Estou plenamente de acordo.

Mas das palavras às obras ainda há muito caminho a percorrer. O concelho precisa é de ir ao encontro do que as pessoas mais precisam, designadamente de infraestruturas básicas, que ao longo de 40 anos de democracias este concelho ainda, lamentavelmente, não possui, quando aqui bem perto de nós, concelhos e até freguesias, já têm o que é essencial para uma vida próspera, designadamente, piscina, mercado, saneamento, creches, desmaterialização dos serviços camarários, entre outras...

Sabemos que a proposta das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2016-2019 e o Orçamento Municipal consubstancia um amplo conjunto de orientações e atividades que serão executadas pelos Serviços Municipais ao longo do na de 2016 e seguintes, esperamos nós, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do concelho e a promoção da melhoria das condições de vida da população.

Sabemos que não estamos apenas perante uma mudança de modelo, mas de uma alteração estrutural e organizacional da Administração Pública.
Mas também temos conhecimentos que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o quadriénio de 2016-2019 também se alicerçam na situação económica e financeira favorável do Município da Marinha Grande, plasmada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses reportado ao ano de 2014, a saber:

" 1.º lugar no ranking global dos cinco melhores municípios do Distrito de Leiria;
" 2º lugar no ranking global dos 25 melhores municípios de média dimensão;
" 22º lugar no ranking dos municípios com melhor índice de dívida total.
" 22.º lugar no ranking global da eficiência financeira do exercício dos 25 melhores município de média dimensão.
" 25.º no ranking dos municípios que apresentam maior independência financeira, considerando que os recursos financeiros provêm maioritariamente de receitas próprias.
37.º lugar no ranking dos municípios com grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao grau de execução de receitas liquidadas, ou seja, os municípios que, na sua

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

gestão orçamental, procuram acautelar a imprevisibilidade de cobrança da receita liquidada e que menos propensões apresentam para a existência de dívida, e

Os limites de endividamento estabelecidos nos termos da Lei das Finanças Locais são amplamente cumpridos.

Só por estes factos era sinónimo de regozijo, mas faltam de facto obras que há muito andam a ser prometidas e até à presente data, ainda estão por fazer, o que é pena e lamentamos profundamente.

De harmonia com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região de Leiria, o Município da Marinha Grande estabeleceu como prioridade de investimento as ações descritas, a saber:

- Investir na educação;
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Apoiar infraestruturas e equipamentos sociais

Quanto aos projetos a submeter ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020, são:

- Construção de centro escolar da Marinha Grande, com investimento no montante de 3.180.000,00 Euros;
- Eficiência energética Piscinas Municipais, com investimento no montante de 235.294,12 Euros;
- Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande, com investimento no montante de 369.000,00 Euros;
- EB Guilherme Stephens, com investimento no montante de 352.941,18 Euros

No seguimento da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) o Município da Marinha Grande estabeleceu as seguintes prioridades de investimento:

- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza

Projetos submetidos ao Mais Centro no âmbito do Portugal 2020 (PEDU)

- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande, com investimento no montante de 868.000,00 Euros;

- Rede de ciclovias e vias pedonais da Marinha Grande, com investimento no montante de 532.000,00 Euros;

- Centro de interface de transportes urbanos, com investimento no montante de 1.260.000,00 Euros;

- Habitar ao centro: Reabilitação integral de edifícios, com investimento no montante de 715.400,00 Euros;

- Reabilitação de edifícios visando a instalação do mercado municipal, com investimento no montante de 2.000.000,00 Euros;

- Reabilitação do espaço público envolvente ao mercado, com investimento no montante de 550.000,00 Euros;

- Reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens, com investimento no montante de 430.000,00 Euros;

- Reabilitação integral do edifício para apoio ao Jardim Municipal Luís de Camões, com investimento no montante de 200.000,00 Euros;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA DA MARINHA GRANDE

- Reabilitação do espaço envolvente às intervenções no edificado do Centro Histórico, com investimento no montante de 350.000,00 Euros;

- Reabilitação integral de edifício público para instalação de um espaço comunitário-loja e cantina social, com investimento no montante de 230.000,00 Euros;

- Centro da Marinha Grande-um centro ao ar livre, com investimento no montante de 300.000,00 Euros;

- Reabilitação dos edifícios de habitação social do bairro municipal de Casal de Malta e Praceta da Liberdade, com investimento no montante de 700.000,00 Euros;

- Reabilitação do espaço público do bairro municipal Casal de Malta e Praceta da Liberdade, com investimento no montante de 150.000,00 Euros

Em concreto, estão definidas para 2016, as seguintes obras a saber:

- OBRAS DE BEM.DIVERSAS EM EDIFICIOS E SERVIÇOS MUNICIPAIS (edificio da Rua Machado Santos) - 176 106,00;

- GRANDES REPARAÇÕES NO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL 51 631,00;

- REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO - BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO - 156 648,20

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NAS TRUTAS -255 440,00

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NA AMIEIRA 148 145,00;

- SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS EM PICASSINOS- 157 780,00;

- OUTRAS CONSTRUÇÕES E REMODELAÇÕES DIVERSAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHODA MARINHA GRANDE - 120 000,00;

- CONSTRUÇÃO DO FURO DE CAPTAÇÃO EM PICASSINOS 30 000,00;

- EXECUÇÃO DE PIEZÓMETRO DE PESQUISA PARA EVENTUAL EXPLORAÇÃO NO PILADO- 15 000,00

- OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO FURO AC3 – PEDRULHEIRA- 38 243,00;

- OBRAS DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA - 20 000,00;

- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO ÀESTRADA ATLÂNTICA-INFRAESTRUTURAS REDE ÁGUAS- 208 820,00;

- AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO PARA ABASTECIMENTO EM ALTA- 41 842,00

- REABILITAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE S. PEDRO DE MOEL - 4 920,00;

- ESTUDOS E PROJECTOS DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA - 5 000,00;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA MUNICIPAL

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO LARGO GAGO COUTINHO SACADURA CABRAL - 19 108,00;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA ALEGRIA, RUA DAS FLORES, RUA COMENDADORSANTOS BAROSA E TRAVESSA VIEIRA DE LEIRIA - 58 530,00;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA DO CENTRO TRADICIONAL - 7 198,00;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DA LAGOA NA GARCIA - 8 120,00;

- REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DIVERSOS ARRUAMENTOS NO LUGAR DAS TRUTAS -105 000,00;

- OBRAS DE REMODELAÇÃO DIVERSAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM BAIXA- 37 885,00;

- ESTUDOS E PROJETOS NO ÂMBITO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 12 000,00;

- CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE VIEIRA DE LEIRIA À PRAIA DE VIEIRA DE LEIRIA COM LIGAÇÃO ÀESTRADA ATLÂNTICA- 184 704,00;

- REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA REPÚBLICA EM VIEIRA DE LEIRIA - 214 834,26;

- OBRAS DE REABILITAÇÃO NA CASA MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA - S. PEDRO DE MOEL - 51 342,00;

- REQUALIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE TÉNIS DA ZONA DESPORTIVA DA MARINHA GRANDE -18 450,00;

- REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO- 18 450,00;

- REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO 3 DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2015 - 100 000,00;

- CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO DE ACESSO DA ZONA SUL DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE À AUTOESTRADA A8 - 62 827,00;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – EMBRA- 47 763,00;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS ANDORINHAS -150 000,00;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA NOVA DO MOÍNHO DE CIMA - ALBERGARIA -16 960,00;

- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE - 45 895,00;

- BENEFICIAÇÃO DA RUA DA VITÓRIA - ORDEM -13 530,00;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA 10 DE JUNHO - MOITA -71 031,00;

- OUTRAS OBRAS DE REMODELAÇÃO E PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE- 341 457,00;

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

- BENEFICIAÇÃO DA RUA ESQUERDA – MOITA- 339 200,00;

- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DAS TRUTAS- FASE 1- 141 510,00;

- REDE VIÁRIA NO ÂMBITO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DA AMIEIRA – 25 000,00;

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA JOAQUIM MATIAS E TRAVESSA DO COTOVELO - 51 000,00;

- PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA-PEDU/PARU-REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – (Montante definido- 1 999 995,00)

Pela panóplia de obras suprareferênciadas que o executivo pretende fazer, no exercício de 2016, nota-se uma clara, nítida e inequívoca pretensão de aproximação daquilo que sempre ansiei que fosse feito em prol das populações marinhenses, vieirenses e moitenses.

Houve um dever de cuidado extremo de satisfazer em termos de obras todas as freguesias do concelho de Marinha Grande, quer ao nível de requalificação, desporto, saneamento, rede de abastecimento de água e acção social.

Mas lamentavelmente, neste preciso momento, ainda andamos a discutir onde fica o mercado municipal ou a piscina.

Ainda não temos saneamento básico concluído, nem perto disso, nem o centro histórico revitalizado.

Nas variantes já nem se fala ou escreve mas que tanta falta faz para descongestionar o centro da cidade.

A zona Industrial precisa de ser alargada.

Precisamos, ainda, de um terminal rodoviário.

Cada vez mais, torna-se imperioso apostar na inovação e no desenvolvimento sustentável.

Estas medidas eram o mínimo que se podia exigir a um executivo que tem governado com estabilidade porque para além de ter ganho as eleições autárquicas, a oposição tem sido condescendente.

Porque faço parte dessa oposição responsável, não utilizo a politica do não só para dizer não de qualquer forma ou feitio ou para ser falado porque estou sempre do contra. Lá vai o tempo, penso eu, para ser uma verdadeira e genuína oposição, era votar sempre contra. Se tal não sucedesse, já não era considerada oposição musculada.

Seria descontextualizado e, até irresponsável, estar a exigir tudo o que falta, tudo o que não foi feito ao longo destes 40 anos, porque não houve a capacidade de concretizar o que descrevemos supra.

Se, porventura, um documento desta envergadura não é aprovado, a gestão, verdadeiramente dita, para o futuro, deixa de ser feita e passa a ser uma mera gestão, por duodécimos, onde não se podem vislumbrar grandes desenvolvimentos ou melhorias para a população Marinhense, Vieirense e Moitense.

O concelho estagnaria mais do que aquilo que já se encontra para além da sua solvibilidade ficar fortemente afectada.

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
16 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Como tenho dito em reuniões de Câmara sempre fui a favor, quer da estabilidade, quer da governabilidade politica e, sempre defendi, que deve governar quem ganha as eleições.

Sempre disse também que por mim o poder local deve governar pelo espaço de tempo previamente estipulado (4 anos). Devemos em todas as circunstâncias aceitar o voto popular. São estes e só a estes a quem compete decidir quem os deve governar.

Espero sinceramente que tudo o que tenho defendido, ao longo deste mandato, para bem da população do concelho de Marinha Grande, seja concretizado ou pelo menos começado em 2016, principalmente para as obras de grande vulto.

E é só por isto e tão só e apenas por isto que vou votar favoravelmente este OM2016.

Este é o meu voto em consciência.

Reunião extraordinária, 16-11-2015

O Vereador Municipal

Eleito pelo PPD/PSD, como independente

PRESENTE
1 6 NOV. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

14 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2016: GRANDE OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO.

(...)

O Sr. Vereador Carlos Logrado votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

"Numa primeira leitura dos Documentos Previsionais de 2016 concluiríamos, falsamente, que houve a pretensão do governo PS em incluir todas as sugestões dos Vereadores da oposição, nomeadamente as muitas que o + Concelho fez chegar em devido tempo.
No entanto, da análise do PAM e do PPI, verifica-se que os números não correspondem ao documento de enquadramento do Orçamento e dos Documentos Previsionais, nomeadamente dos múltiplos objectivos que se propõe atingir.
Tal evidência é demonstrada pela discrepância enorme que existe entre as verbas não definidas e o montante previsível que pode a elas ser alocado. Dos 42 M€ previstos em verbas não definidas só com muita criatividade se conseguirá atingir metade desta verba. Mesmo assim imaginamos, por isso, um cenário em que todas as variáveis são favoráveis ao Município.
Em grandes números este valor é constituído por três componentes. O primeiro, o saldo de gerência de 2015, só muito optimisticamente se pode considerar o valor próximo de 7 M€; da comparticipação das candidaturas ao Programa 2020 também optimisticamente se podem considerar para 2016 no valor de 10 M€, e a libertação de algumas verbas consagradas noutras rubricas, por não executadas, engrossarão esse montante.
Em todos os casos o somatório delas não corresponderá nem a 50% do valor previsto para não definido.
Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, nem mesmo atender a todas as sugestões dos Vereadores. É por isso necessário definir prioridades e as prioridades devem ser aquelas que permitam a redução de despesa, o aumento das receitas e o aumento da satisfação dos munícipes.
É por isso incompreensível que quase não estejam previstas verbas, nomeadamente para eficácia energética, modernização administrativa e aumento da competitividade do concelho para a instalação de novos agentes de desenvolvimento.
O PS tem toda a legitimidade para governar e defendemos que o deve fazer até final do mandato.
A reprovação dos Documentos Previsionais não põe em causa este princípio, ao contrário, dá-lhe oportunidade de melhorar o documento e apresentar a votação novo documento previsional que tenha em conta as opiniões mais relevantes da maioria dos Vereadores.
Não pode o PS interpretar este voto como impossibilidade governativa porque ainda há tempo de apresentar um documento mais sólido e que melhor defenda os interesses do concelho.
Não pode o PS, com dois Vereadores, governar como se quatro tivesse. Exemplo disso é a forma obstinada como sozinhos querem levar por diante as grandes obras estruturantes candidatadas aos incentivos Portugal 2020, sem previamente as apresentarem ou discutirem com a restante Vereação.
Por parte do + Concelho é clara a intenção de tudo fazer para criar condições de governabilidade da Câmara, nomeadamente se o PS modificar os Documentos Previsionais e integrar o que atrás defendemos."